CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1766/77

Interessado - Escola de 1º e 2º Graus "Prof. Leonor Gasparini", de
Ribeirão Preto (Sérgio Afonso Siqueira)

Assunto - Convalidação de atos escolares

Relator - Conselheiro Jair de Moraes Neves

Parecer CEE nº 125/78 - CESG - Aprovado em 22/02/78

I - RELATÓRIO

1 - HISTÓRICO

A Diretora da Escola de 1º e 2º graus "Prof. Leonor Gasparini" de Ribeirão Preto, encaminha a este Conselho pedido de regularização da vida escolar de Sérgio Afonso Siqueira.

Em seu requerimento, datado de 21 de outubro de 1976, dirigido ao Senhor Delegado do Ensino, de Ribeirão Preto, esclarece a Diretora que Sérgio Afonso Siqueira, nascido a 4 de março de 1953, cursou na referida escola a 1ª série do 2º grau no ano de 1975 tendo sido aprovado. (os grifos são nossos)

Prossegue, informando que o aluno ao "se matricular no início do ano letivo estava devendo uma disciplina do 1º grau, uma vez que o mesmo estava fazendo supletivo, e só vindo a apresentá-lo, ou seja, o certificado de conclusão em junho do ano em curso, e tal fato não foi percebido na época por parte desta Secretaria, uma vez que na mesma época houve mudança de Secretária". (os grifos são nossos)

Diz ainda a Diretora requerente que "tendo o aluno se transferido para outro estabelecimento de ensino, ao visar a sua transferência a Senhora Inspetora verificou tal fato. De acordo com a lei, a matrícula do aluno estava irregular e deveria ter sido cancelada, pois o mesmo ainda não tinha terminado o 1º grau".

Pede, por fim, a convalidação da vida escolar do aluno, "levando-se em consideração que o aluno não teve culpa do ocorrido e que não houve má fé por parte desta Secretaria".

O requerimento deu entrada no Protocolo da Delegacia de Ensino de Ribeirão Preto, em 26/10/76, tendo sido despachado pelo Delegado ao Supervisor Pedagógico para opinar. Este em 29/10/76 informa:

"Tendo em vista que os casos de convalidação de vida escolar são de competência exclusiva do CEE, deverá o estabelecimento elaborar expediente adequado a apreciação do caso em tela, encaminhando-o à DE de Ribeirão Preto que, por sua vez, lhe dará a destinação competente".

Despacho do Delegado: "A Escola para cumprir".

A 8 de dezembro de 76, a mesma Diretora dirige ao Senhor Coordenador do Ensino do Interior requerimento quase idêntico ao de 21 de outubro de 76, a que nos referimos acima.

Repete que o aluno estava fazendo supletivo, ficara devendo uma disciplina e só veio apresentar o certificado de conclusão do 1º grau em outubro de 1975 (no requerimento anterior o Certificado de conclusão teria sido apresentado em junho).

No processo encontram-se duas xerocópias: uma da ficha individual do aluno no Instituto de Ciências e Letras "Profª Leonor Gasparini", referente ao ano letivo de 1975 e outro do Certificado de Conclusão de Exames Supletivos de 1º Grau, expedido pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, datado de 16 de outubro de 1975.

Em 18 de agosto de 1977, a fls. 8, lê-se o seguinte despacho do Delegado de Ensino de Ribeirão Preto.

"Mesmo conhecendo as prerrogativas que me são conferidas pelo inciso XVIII do artigo 144, do Decreto 7.510/76, encaminho o presente expediente à consideração da Equipe Técnica de Supervisão Pedagógica - 2º grau, da DRE/RP".

Em 11 de outubro de 1977 - fls. 10 e 11 -houve a manifestação da Equipe Técnica de Supervisão Pedagógica, assinada por um de seus membros - Área de 1º grau e que depois de fazer um relato dos fatos, assim conclui:

"Após o exposto acima e das manifestações das autoridades escolares da D.E. de Ribeirão Preto, e dadas as situações envolvidas na situação escolar do interessado, Sérgio Afonso Siqueira, especialmente a decorrência do tempo, eis que, já deverá estar concluindo o ensino de 2º grau, ou o tendo terminado e dado

que a conclusão do 1º grau se processou em dois Estados, através do ensino supletivo, parece-nos que por medida de cautela em favor do interessado a manifestação do Conselho Estadual de Educação se justificaria.

Assim propomos o encaminhamento do expediente a C.E.I., com nosso parecer favorável a regularização da situação escolar do indicado, mediante convalidação dos estudos realizados em 1975, no Instituto de Ciências e Letras "Prof. Leonor Gasparini," de Ribeirão Preto, na 1ª série do 2º grau e conseqüentemente sua aprovação para a 2ª série do citado grau".

O expediente sobe então à consideração do Senhor Diretor Técnico da Divisão Regional que no "Despacho nº 741/77-DT" se limita a repetir ipsis verbis a conclusão acima transcrita da manifestação da Equipe Técnica de Supervisão Pedagógica.

2 - APRECIÇÃO

A irregularidade é indiscutível. A escola matriculou no 2º grau aluno que ainda não havia concluído o 1º. Nenhuma matrícula pode ser efetuada sem a documentação legalmente exigida. Que documento teria apresentado o aluno para solicitar matrícula? O processo, como sempre mal instruído, não diz. Teria mesmo apresentado algum documento ou a escola simplesmente "confiou" na sua palavra. Se o fez, agiu mal, errou. E o que é pior, manteve-se no erro o ano todo. Isso é possível em escola bem organizada, com funcionários capazes e zelosos? A simples substituição de um funcionário é desculpa que de maneira alguma pode ser aceita.

Os requerimentos da Diretora, tanto o de 21 de outubro como o de 8 de dezembro, afirmam que o aluno que estava prestando exames supletivos ficara devendo uma disciplina. Isso não é verdade.

A xerocópia do certificado de conclusão de exames supletivos - fls. 7 - mostra que Sérgio Afonso Siqueira, ao ser matriculado na 1ª série do 2º grau, ainda não eliminara, nos exames prestados, as disciplinas Português e Geografia. Esta só foi eliminada em junho de 1975 em exame prestado no G.E. Prof. José P. de Feeitas" de Ribeirão Preto, e aquela (Português) apenas em outubro de 1975 em exame realizado em Vitória, no Estado do Espírito Santo, quase no fim do ano letivo quando já estava cur-

sando a 1ª série do 2º grau.

De outro lado, a xerocópia da ficha individual do aluno - fls. 6 - que não está visada pelo Supervisor Pedagógico, nos leva a algumas ponderações.

Verifica-se, por exemplo, que em Matemática o aluno obteve as seguintes notas bimestrais: abril-0,5 (meio), junho-1,0 (hum), setembro-zero e novembro-4,0 (quatro). Media-1,4 (hum e quatro).

Anotação feita na ficha diz que ficou para recuperação (Matemática e Inglês) e indica o resultado 5,0 (cinco) nas duas disciplinas. Aprovado.

Na mesma xerocópia da ficha individual, (verso) na anotação das faltas, no mês de outubro, quando o aluno esteve em Vitória - Espírito Santo - prestando o exame supletivo de Português, Somente apareceram duas faltas na disciplina Ciências Físicas e Biológicas.

Não desejo avançar qualquer juízo sobre a lisura do comportamento da escola, mas não posso deixar de estranhar não só a milagrosa recuperação do aluno, como também o seu invejável dom de ubiqüidade.

A culpa da escola é evidente e reclama providências.

Além de se advertir a direção do estabelecimento, é de se recomendar às autoridades escolares determinem realização de diligência na escola a fim de se detectar outras irregularidades que eventualmente possam estar ocorrendo.

Aliás, seria conveniente, talvez, estender a medida a outras escolas da região.

De outro lado, o aluno também não está isento de culpa. Com 22 anos de idade na ocasião, era plenamente responsável pelo que fez, não podendo alegar ignorância ou desconhecimento das exigências legais para a matrícula no 2º grau.

Não há, entretanto, como puni-lo, a menos que se pudesse provar sua má fe, caso em que os seus estudos feitos no 2º grau deveriam ser declarados nulos.

Culpa cabe ainda às autoridades escolares que por negligência ou omissão ensejaram a prática da irregularidade.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, voto pela convalidação da matrícula de Sérgio Afonso Siqueira na 1ª série do 2º grau da Escola de 1º e 2º Graus "Profª Leonor Gasparini", de Ribeirão Preto, e dos demais atos escolares por ele praticados naquela escola em 1975. Apurem-se as responsabilidades.

São Paulo, 24 de janeiro de 1978

Conselheiro Jair de Moraes Neves

III - Decisão da Câmara

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros : HILÁRIO TORLONI, JAIR DE MORAES NEVES, JOSÉ AUGUSTO DIAS, MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA, OSWALDO FRÓES e RENATO ALBERTO T. DI DIO.

Sala da CESG, em 31 de janeiro de 1978

a) Conselheiro HILÁRIO TORLONI - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 22 de fevereiro de 1978

a) Consº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES

Presidente